

## **Cidade, migração e poder: Boa Vista na segunda metade do século XX**

Raimundo Nonato Gomes dos Santos\*

Vivemos um momento em que imagens como a de mulher, de negro, de índio, de deficiente, de família, de nacionalidade são colocadas em discussão, coisas que pareciam tão naturais e sagradas vêm perdendo a solidez diante de práticas e formas de vida da sociedade contemporânea, cada vez mais plástica, mais flexível (BAUMAN, 2001). É atento a estas alterações que os valores humanos vêm passando, em especial a partir das últimas décadas do século XX, que este texto se propõe a pensar a construção e alimentação de uma identidade boa-vistense/roraimense na segunda metade desse século, observando sua relação com as práticas identificadas com projetos de caráter nacional, mostrando que, para além destes, existiam outros projetos regionais e locais, onde interesses se cruzavam constantemente, em condição de apoio e resistência à unidade nacional. Considera ainda, no caso específico de Roraima, as renovações nos meios de comunicação, de transporte favorecendo um processo migratório intenso para o Norte do país, visto aqui como obstáculos para os “historiadores orgânicos” encarregados da construção de uma identidade local nesse período.<sup>1</sup>

Entendendo que a construção de identidades envolve uma atividade de “enquadramento da memória”, uma vez que:

[...] há um trabalho que é parcialmente realizado pelos historiadores. Temos historiadores orgânicos, num sentido tomado emprestado de Gramsci, que são os historiadores do Partido Comunista, os historiadores do movimento gaullista, os historiadores socialistas, os sindicalistas, etc., cuja tarefa é precisamente enquadrar a memória. (POLLACK, 1992, p. 206).

---

\* Professor do Curso de História da Universidade Federal de Roraima, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>1</sup> Este texto foi produzido a partir de recortes de minha tese de doutorado em História, intitulada “Entre cultura política, memórias e política de identidade: sujeitos históricos em ação – Boa Vista/Roraima (1970-1980)”, defendida em 2015, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Maria Izilda Santos de Matos.

E que:

Por conseguinte, o trabalho de enquadramento da memória pode ser analisado em termos de investimento. Eu poderia dizer que, em certo sentido, uma história social da história seria a análise desse trabalho de enquadramento da memória. Tal análise pode ser feita em organizações políticas, sindicais, na Igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social. (POLLACK, 1992, p. 206).

Tomando esta perspectiva e procurando dar contornos à identidade boa-vistense/roraimense, assim como as forças políticas a esta associada e, ressaltar seus atores centrais, recorre-se aos memorialistas da cidade de Boa Vista, entendendo-os enquanto portavozes das aspirações desse segmento de sua elite, pois não só trabalhavam as memórias da região do rio Branco, mas se colocavam como defensores dos “valores locais” e membros das famílias tradicionais.

Quando se procura tornar visíveis os indivíduos e famílias apresentados como centrais no conjunto identitário local relacionados por esses autores, como não podia ser diferente, observa-se que começava pelos considerados pioneiros na região:

Inácio, Domingos e Manoel Lopes de Magalhães; Bento Ferreira Marques Brasil, João Capistrano da Silva Mota e Alfredo Venâncio de Souza Cruz foram os pioneiros representantes das respectivas famílias a chegarem ao antigo município de Boa Vista do Rio Branco, ao tempo em que esta unidade pertencia ao Estado do Amazonas, constituindo-se, por isso, nos autênticos pioneiros desta região. Cada um aqui constituiu família ou a trouxe de outras áreas, de onde descendem milhares de pessoas, povoando hoje este Extremo Norte Brasileiro, que escolheram para seu berço [...] (MAGALHÃES, 1997, p. 58-59).

Encerrado assim, de forma simbólica, o núcleo constituinte da origem da identidade dos boa-vistenses na região do rio Branco, para além desse conjunto, o memorialista acrescentava: “Várias outras famílias, naturalmente, vieram depois, constituindo-se, hoje, em muitos descendentes” (MAGALHÃES, 1997, p. 58-59). Portanto, novas pessoas e famílias continuaram chegando e juntando-se também como descendentes. Entretanto, o grupo inicial

era a referência que se tomava para montar e alimentar uma identidade local, pois, mesmo aos “pioneiros” e seus descendentes imediatos, tendo vindo a se somar outras famílias posteriormente, os primeiros eram tomados como ponto de origem, apoio e, logo, de união para todos que harmoniosamente passavam a compor o quadro de habitantes da região. De forma que era em torno desse ponto de apoio de memórias que a identidade das famílias tradicionais boa-vistenses desejava ser constituída e alimentada, e a partir da qual se deveria atualizar a presença do passado e dar sentido à vida presente do seu conjunto social.

Entretanto, a partir da instalação do Território Federal do Rio Branco em 1944, ano de chegada do seu primeiro governador, a relação entre as forças políticas locais e o governo federal ganhou um capítulo à parte. E no que diz respeito à condição de construção e registro de uma identidade boa-vistense/roraimense surgiram novas resistências. Pois, com o Território, por mais que se unissem em torno de um projeto único de administração da cidade de Boa Vista, havia sempre uma tensão entre o projeto político de incorporação da região do rio Branco à nação, levado a efeito pelo governo federal, e o sentido de ocupação e desenvolvimento idealizado pela elite política e econômica boa-vistense. Enquanto as pretensões do projeto de administração da região idealizado pelas forças políticas que se consideravam pioneiras na região eram mais modestas, mais restritas ao local e ao contexto regional, o plano do governo federal era no mínimo nacional, uma vez que pretendia integrar a região ao contexto do país. Os projetos deste último, lançados para a região, por mais que satisfizessem os interesses das forças políticas locais, tinham objetivos próprios e, de uma forma ou de outra, findavam se chocando com os interesses da elite local.

Neste trabalho, procura-se ressaltar o papel da elite tradicional no contexto social da cidade de Boa Vista destacando seus desejos políticos, as temáticas a que estavam associados, assim como pensar as inquietações que a incomodavam, as resistências que enfrentavam na realização de um projeto identitário.

Se logo após a implantação do Território as diferenças puderam ser silenciadas a favor de ambas as partes, evidências de divergências podem ser observadas quase ao longo dessa relação. Já nas eleições para deputado federal de 1950, por exemplo, estavam à frente dessa disputa, de um lado, o tenente-coronel Félix Valois de Araújo, maranhense que havia

chegado a Roraima em 1946, como o segundo governador indicado para o Território do Rio Branco e, do outro, o Sr. Fanor Cumprido Junior, parente e candidato do Dr. Miguel Ximenes de Melo, então governador. Este era piauiense e havia sido também indicado pelo senador Vitorino Freire do Maranhão e nomeado em 1949 para o governo do Território. Nesse confronto o primeiro saiu vitorioso.

Freitas, memorialista local e filho da terra, revendo a história relatava esses acontecimentos com desdém: “Era um civil contra um militar. Venceu o militar. Mas para o destino do Território tanto fazia um quanto o outro, afinal os dois eram estranhos ao Território e às suas tradições” (FREITAS, 1993, p. 84). O que era de se lamentar para o memorialista “[...] é que as forças políticas locais não tenham se levantado e apresentado nome ou nomes da terra para ocupar o espaço político”. E na disputa política travada, o que pareceu incomodá-lo foi a forma como “pessoas de fora” chegavam para governar o Território, em muitos casos sem conhecê-lo, e se tornavam lideranças políticas, entrando em oposição umas com as outras sem um plano consistente de desenvolvimento para o Território.

Para Freitas, esse quadro deixava “completamente desvirtuada aqui a ação colonizadora com a criação do Território”. Tudo não passava de um jogo de interesses políticos sem preocupação com o desenvolvimento da região. O senador Vitorino Freire do Maranhão, que nunca havia visitado Roraima, era quem indicava seus governos. E, por sua vez, “Os governos se limitam a utilizar um orçamento no embonecamento da cidade de Boa Vista” (FREITAS, 1993, p. 87), esquecendo que era preciso melhorar as condições de navegabilidade para Manaus e abrir estradas para acesso a novos mercados.

Os rumos desejados pelas forças políticas locais pareciam se apresentar mais claramente no Plano Quinquenal elaborado em 1944/45 para o primeiro governo do Território, que foi exercido por Ene Garcez. Conforme esse plano: “[...] o Território apresenta uma soma de recursos que, se inteligentemente utilizados, muito podem contribuir para o enriquecimento geral do país.” Falava da necessidade de se priorizar as ações, colocando em primeiro lugar “os problemas do homem” - educação, saúde, colonização e imigração; em segundo os geoeconômicos - agropecuária, transportes, preços, mineração etc.; e em terceiro lugar os problemas de ação do governo - organização administrativa, regime fiscal e tributário etc.

Dessa forma, “[...] o território deveria funcionar como uma grande organização industrial por intermédio da qual o Governo federal fizesse investimentos em empreendimentos de sentido produtivo, geradores de riqueza e construtores de uma civilização baseada em recursos locais” (FREITAS, 1993, p. 73-74).

Conforme o memorialista, um exemplo dessa realização havia ocorrido no governo do Coronel Belarmino Neves Galvão, com Valério Magalhães enquanto Diretor da Divisão de Produção, Terras e Colonização e depois Secretário Geral, pois:

[...] este Engenheiro Agrônomo, roraimense de larga visão desenvolvimentista iniciou, na prática, o programa de colonização do Território. Foi ele, com o apoio de seus companheiros Francisco Cândia da Rocha, Dorval Magalhães e Armando da Mota Barros, os pioneiros no processo de indução colonizadora. Tinham eles em mente que o Território para crescer e se desenvolver precisava aumentar sua população e explorar os seus recursos naturais, notadamente na agricultura e na pecuária (FREITAS, 1993, p. 87).

Nesta citação, esboça-se claramente a importância dada aos “filhos da terra”, nesse projeto, quando mostrava o “nós” sujeitos de vontade e ação personalizada na pessoa de Valério Magalhães e sua equipe. Dessa forma, para além da cidade, o projeto dos pioneiros estava voltado para a ocupação territorial como um todo, assentando homens no campo em atividades ligadas à pecuária e à agricultura, sem esquecer a exploração dos recursos naturais.

Outro problema observado pelo memorialista eram as constantes mudanças de governos, uma vez que:

As mudanças administrativas do Território, onde os governadores eram substituídos com menos de um ano, levou a uma pernicioso descontinuidade administrativa. As equipes de governo, quase sempre estranhas ao Território, não tinham conhecimento das tradições locais. Por isso, quase sempre, as tradições e os valores locais eram violentados ou desrespeitados (FREITAS, 1993, p. 91).

Desse modo, além de não contribuir para o desenvolvimento da região, esses estranhos desrespeitavam os “valores locais”, os anseios dos “filhos da terra” e, por desconhecerem o projeto “original” de ocupação do espaço, alteravam a geografia da cidade de Boa Vista, não levando em consideração a orientação estabelecida a princípio pelos antigos moradores. Entre essas alterações citava Freitas:

[...] o bairro do Roi-Couro desapareceu para dar lugar ao São Pedro; o bairro do Caxangá deu lugar ao de N. S. de Nazaré; a rua do Prado foi batizada com o nome de General Penha Brasil, ilustre desconhecido cuja única façanha foi ter saltado de paraquedas em Boa Vista; a Mecejana virou GRESSB e o Mirandinha virou Iate, etc (FREITAS, 1993, p. 91).

Ainda neste contexto, lembrava um protesto lançado por Adolfo Brasil, membros de família tradicional e então ex-prefeito da cidade de Boa Vista, contra a urbanização do Cemitério do Alto do Bode que, conforme o memorialista, foi publicado no jornal “O Átomo”, em 1953:

O prefeito atual quer murar o que resta do mais antigo cemitério desta capital, que data de 1880, uma relíquia da família rio-branquense. Este cemitério está quase que totalmente tomado por casas em seu redor e mesmo dentro da área destinada a sepulturas. Ali foram construídos verdadeiros ultrajes aos abnegados patrícios que ali tem seus restos mortais; heroicos bandeirantes rio-branquenses. Pioneiros audazes que cimentaram com o seu arrojo e o seu trabalho uma civilização nesta querida terra e que pensaram encontrar a paz após uma vida de ingentes esforços, sacrifícios, lutas e dissabores, toda dedicada ao desbravamento e ao progresso do Rio Branco. A esses antepassados heroicos, vultos maiores da história do rio Branco, vontade indômita, determinação, perseverança, heroísmo, desprendimento, abnegação, renúncia e estoicismo, retemperados no cadinho do patriotismo, sequer a Paz e o respeito que a morte, pelo menos a morte, lhes granjeara se assim não fora pelo muito que fizeram esses patrícios de fibra, ao invés de gratidão, reconhecimento e admiração, se lhes nega o mais comezinho e vulgar dos direitos: o de terem túmulos resguardados e respeitados, princípio universal de uma colonização, observado até mesmo entre os povos mais bárbaros. E, mais do que isso, não se respeita nem o direito de terem eles comprado à Prefeitura o lugar sagrado em que esperavam gozar em paz. Sepulturas profanadas, túmulos desrespeitados são criminalmente classificados era isso que lhes reservava a nossa Administração Municipal aforando, precipitadamente e sem consultar os interesses das pessoas que ali tem alguns entes queridos, os terrenos em que se acha o cemitério em apreço, quando lhes devia garantir, como é de direito, justo o indispensável, o respeito à Paz e à inviolabilidade, preservando a tradição e como

que uma parte da própria história do Rio Branco por que ali se encontravam sepultados os pioneiros que com coragem e denodo escreveram algumas páginas de sua história mais brilhante. Devia-se, isto sim, honrar o passado heroico que o pequeno cemitério do Alto do Bode representa.

Em nome dos Magalhães, dos Motas, dos Brasil, dos Coelhos, dos Oliveiras, dos Souzas, e de outras ilustres famílias, eu me levanto contra os que se julgam prejudicados pela medida recente, muito aberta, do atual Prefeito, de murar o cemitério do Alto do Bode. (FREITAS, 1993, p. 91-92).

Conforme a citação, os “valores locais” eram desrespeitados por pessoas “vindas de fora” que, por desconhecerem os “valores do lugar”, viabilizavam projetos para a cidade que alteravam sua geografia física e mexiam com os sentimentos mais profundos da sociedade roraimense. Obviamente que para os recém-migrados essas memórias não faziam parte de seu repertório de lembranças. Para estes, a extensão da cidade era só mais um espaço físico a ser ocupado, destituído de toda subjetividade que proporcionava os pontos de amarração das memórias que permitiam a fundação de uma identidade local na concepção dos antigos moradores.

Assim, depois de ressaltar a importância dos antepassados para a cidade, Adolfo Brasil requeria de suas autoridades de então a gratidão, o reconhecimento e a admiração, o que significava preservar a tradição local que se expressava na história do Rio Branco contida naquele espaço. Pois naquele cemitério “se encontravam sepultados os seus pioneiros”, pessoas dignas das mais elevadas considerações. Honrá-los era honrar a tradição, era honrar um passado de luta, amor e dedicação: isso significava gratidão. E como se pode deduzir, ao agir dessa forma, reconheciam-se também as memórias locais e se valorizava sua identidade.

Percebe-se assim, que o cemitério era um espaço de sentimentos, o que levava os vivos a se levantarem em nome das famílias tradicionais para exigir respeito pelos seus mortos. Como nos discursos fúnebres atenienses, apresentava-se o jogo dos espelhos, em que “[...] a *pólis* que honra seus mortos por meio de um discurso reencontra-se, a si própria, no discurso, como origem do *nómos* e como causa final da morte dos cidadãos”. Afinal, “Se toda celebração não é senão uma forma discreta de autocelebração, se, honrando-se a grandeza, engrandece-se a si próprio, então, tudo leva a supor que Atenas reserve em seu benefício uma parte do louvor que dedica a seus mortos e aos *epitáfios*.” (LORAU, 1994, p. 21-22).

Visto assim, o respeito que os “pioneiros” buscavam se reverteria em benefício próprio, pois respeitar os mortos era respeitar os seus entes queridos. O que se desejava dedicar aos mortos, aos antepassados e “ilustres pioneiros” era o mesmo que os seus representantes em carne e osso imaginavam merecer, uma vez que ambos eram partes de uma mesma identidade surgida tendo como suporte o espaço físico roraimense. Assim, o discurso emergia como mecanismo fundante do espaço, em que na pessoa do homenageado encontrava-se o cidadão que se desejava como morador e pertencente a essa “ordem de lugar.”<sup>2</sup>

Entretanto, a cidade, a partir de então, começava a se tornar outra e outros eram seus habitantes. Os heróis se foram imponentes no passado e centrais na identidade do roraimense; não tinham o mesmo significado para os novos habitantes da cidade e, em parte, algumas alterações não mostravam o menor sinal de retorno aos valores antigos. Evidência disso pode ser percebida na “reação negativa dos moradores de Boa Vista” quando Aquilino Duarte, governador de Roraima e roraimense nomeado em 1952, alegando evitar despesas com indenizações, planejou alterar o Plano Urbanístico de Boa Vista, traçado por Darci Derreguson, no governo de Ene Garcez. Contava Freitas:

Houve sempre alguém para defender o traçado de Boa Vista, feito quando da chegada do primeiro governador. O governador Aquilino Duarte queria deixar uma cidade antiga intocável. E se dizia que esta teria sido uma medida sensata se tivesse sido tomada, inicialmente, fazendo-se apenas pequenas correções, pois o traçado antigo era bastante regular, honrando a mentalidade dos antigos prefeitos do tempo em que éramos município do Estado do Amazonas. Todavia, com o Plano Urbanístico traçado e já tendo sido, em grande parte, executado, gastando-se, por conseguinte, uma boa soma de recursos, a opinião pública evitou que o governo Aquilino Duarte alterasse o Plano Urbanístico de Boa Vista. Caso isto tivesse sido executado, seria de se lamentar, uma vez que a cidade de Boa Vista, com o seu belo traçado é, hoje, um dos orgulhos dos boa-vistenses (FREITAS, 1993, p. 93).

Como se pode perceber, o projeto levado a efeito por administradores “vindos de fora” caíra no gosto popular, de maneira que, independentemente das forças políticas atuantes

---

2 O conceito de “lugar” é empregado aqui de acordo com CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 - Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 201.



na cidade, a população entrava com sua opinião, e nesta as memórias dos “pioneiros” já não eram tão centrais. Nesse caso específico, até mesmo o memorialista se encontrava satisfeito com a forma como as coisas haviam acontecido.

Voltando à instabilidade política e à falta de projetos de longo prazo comprometidos com o desenvolvimento da região, comentava-se: “Decididamente, nesse ambiente de entraves, reveses e incompreensões não é possível realizar nada de grande e duradouro.” Observava ainda que as lutas haviam se voltado para questões pessoais, com cada um avançando com toda a força sobre os erros do outro. Multiplicavam-se as acusações e esquecia-se “que, ao invés de destruírem os adversários, enfraquecem a luta pelo desenvolvimento do Território” (FREITAS, 1993, p. 94-95). Assim, as questões políticas se tornavam centrais, desviando o foco dos horizontes do desenvolvimento regional. Isso levou à compreensão entre as forças políticas locais de que só o povo do Rio Branco devia conduzir os seus destinos, sob pena de sucumbir.

Dessa forma, diante do que consideravam abusos de poder de Félix Valois, ex-governador e agora deputado que procurava manter uma hegemonia política no Território, formou-se em 1954 uma frente única que tinha por objetivo eleger um representante para deputado federal e derrubar Félix Valois e o governador Aquilino Duarte, seu indicado. Entretanto, “Com a vitória da coligação e a consequente nomeação do governador por ela indicado, travou-se a mais dura batalha interna por espaço dentro do governo. A coligação ruiu e, em pouco tempo, muitos tinham saudades do tempo de mando do Deputado Félix Valois de Araújo” (FREITAS, 1993, p. 97). Nas práticas administrativas, parecia já não haver diferença entre forças políticas locais e as recém-chegadas. A luta pelo poder parecia ter contagiado a todos, e as brigas políticas entrelaçavam uns aos outros, ligando, afastando e religando políticos e propostas.

Em 1958, mais uma vez as forças políticas locais estabeleciam uma nova aliança unindo todos os partidos em uma coligação para novamente buscar derrotar Valois. Entretanto, vencido o adversário e indicado Hélio Araújo para governo,

A formação do secretariado desse governo foi muito difícil. Eram quatro forças brigando por uma fatia maior de poder. Brigava-se por tudo. Até por nomeação de porteiro de repartição, delegado de polícia do interior, zelador de escola, motorista de caminhão, tudo. Tudo era motivo para desentendimentos (FREITAS, 1993, p. 136).

As experiências políticas vividas pelo território pareciam ter transformado o lugar em uma torre de babel, ninguém mais se entendia. A prática administrativa criticada nos políticos “vindos de fora” mais uma vez mostrava evidências de que havia, em definitivo, contagiado “os de casa”, levando-os a lutar pelo imediato, esquecendo os planos de desenvolvimento da região. Ao tornarem centrais as vantagens pessoais que podiam tirar da máquina administrativa, passaram a apostar no jogo político em que cada um via o que lhe interessa diretamente.

Isto remete às observações feitas por um antigo morador de Boa Vista, em entrevista realizada em dezembro do ano de 2000, ocasião em que este comparava a vida passada da cidade com o seu momento atual:

Naquele tempo era mais difícil, mas eu acho mesmo assim, naquele tempo era melhor, era muito mais fácil, era mais rico de alimentos, mas você sabe porque, porque também a população era pouca, era muito menos gente. Eu vejo que a população era mais humana, era mais humanizada a coisa. Era mesmo, o que você tinha o seu vizinho da direita tinha, seu vizinho da esquerda tinha, o da frente. Era, se dividia quase tudo com todos [...], não, hoje em dia é um por si e Deus por todos. [...] Antes ninguém preocupava-se em comprar televisão, telefone, carros novos e ter isto e aquilo, hoje é uma questão da humanidade ter status e questão de necessidade de ter isto ou aquilo, para ter uma comparação com o vizinho e com outros. (Depoimento de Antônio Barros, em entrevista concedida a José Gleidson Gondim em 13/12/2000).

Conforme esse relato, a modernização da antiga cidade deixou as coisas piores, pois, por um lado, elevou o número de habitantes e tornou escassos os recursos e, por outro, trouxe o egoísmo e a ambição, elementos que, conforme seu relato, não existiam na Boa Vista do passado. Dessa forma, a vida moderna colocou novos objetos de desejo e, enquanto tal, novas preocupações que não existiam anteriormente: “comprar televisão, telefone, carros novos”,

práticas que tornaram explícita a competição, aspecto que, como visto acima, já vinha se dando no campo político na administração do Território.

Com os militares no poder em 1964, mais uma vez calavam-se as forças políticas da terra e, com isso, silenciavam-se os conflitos envolvendo os interesses locais versus os nacionais. Entende-se que dois motivos contribuíram para essa atitude: primeiro, a implantação de uma ditadura no país por si só já forçava o silêncio de resistências; e, segundo, a importância dada pelos governos militares à região. “As grandes mudanças só se efetivariam após a implantação do regime militar, quando Roraima adquire importância geopolítica em razão da complicada situação política no Caribe e das reformas administrativas no governo federal”, frutos de uma conjuntura que combinava “o acirramento da Guerra Fria, a execução de grandes projetos visando à integração e o desenvolvimento e, uma mudança na política aplicada aos territórios”, uma vez que “Roraima, situado no extremo norte, era “uma cunha encravada em dois países (*Venezuela e Guiana ex-inglesa*) com problemas de guerrilha e instabilidade política” (SANTOS, 2013, p.12-13).

Entre as mudanças positivas que se processaram com os governos desse período, conforme Freitas, uma foi a permanência mais prolongada dos governadores na administração do Território, com destaque para três deles: Hélio da Costa Campos, que governou por seis anos em dois períodos, de abril de 1967 a maio de 1969 e de março de 1970 a abril de 1974; Fernando Ramos Pereira, que governou por cinco anos, de abril de 1974 a abril de 1979; e Ottomar de Souza Pinto, que governou por quatro anos, de abril de 1979 a março de 1983.

Para os memorialistas locais, “com a Revolução tudo mudou para melhor”, pois houve:

A abertura da estrada Manaus-Boa Vista, a instalação de telefone público, a televisão, o telex, o correio, o avião a jato, o automóvel, as valiosas pontes de concreto, a estrada Boa Vista-Santa Helena e Boa Vista-Bonfim, o 2º grau, a extensão universitária, o Banco, a Polícia Militar, a extensão rural, a água, a luz, o asfalto, os novos municípios, a Perimetral Norte cortando o Território, os Batalhões do Exército, a Base Aérea, o Aeroporto Internacional foram obras que a Revolução de 64 trouxe para o Território e que, no sistema de governo, anteriormente adotado, levaríamos, pelo menos, 2 séculos para construirmos (FREITAS, 1993, p. 160-161).

Diante dessas afirmações, imagina-se que havia pouca coisa que pudesse caracterizar Boa Vista como um centro urbano antes dos militares chegarem ao poder em 1964. E, conforme Freitas, as mudanças começaram mais especificamente a partir de Hélio Campos, governador que passou mais tempo à frente do Território de Roraima, chegando a fazer carreira política, elege-se e reelege-se Deputado Federal. Governador, na observação do memorialista, de “princípios democráticos que eram expressos no próprio modo de vida”, pois “ficou na lembrança do povo por andar de bermudas, aos sábados, na avenida Jaime Brasil” (FREITAS, 1993, p. 168).

Pelo exposto, Boa Vista parece ter aproveitado o melhor lado que o período de ditadura militar podia oferecer: beneficiou-se do “milagre brasileiro” para se desenvolver e se modernizar, valendo-se de um momento democrático que, conforme o relatado, tinha origem na própria maneira descontraída de ser do governador, que, pelo visto, gozava de certa intimidade com a sociedade local, desfrutando, por sinal, da condição de mais um descendente de “pioneiro”.

Uma das vantagens deste governador, na concepção de Freitas, é que ele “não trouxe ninguém de fora para o seu Secretariado. Compôs tudo com gente radicada em Roraima”, de maneira que “Chagas Duarte foi, de fato, o governador executivo” (FREITAS, 1993, p. 170). Percebe-se, portanto, uma harmonia entre esse governador e a elite tradicional local, o que não parece ter continuado no governo seguinte, uma vez que, no início de 1974, tomava posse na presidência da República o general Ernesto Geisel e, em abril, assumia como governador do Território de Roraima o amazonense coronel-aviador Fernando Ramos Pereira. Esse, conforme Freitas, foi “o governador que mais sofreu pressões no exercício do poder no Território” (FREITAS, 1993, p. 183).

Orientado pelo lema “ocupar para desenvolver e integrar”, Ramos Pereira se dedicou em aplicar a política desenvolvimentista do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND e do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, cujos objetivos, no que dizia respeito a sua aplicação local, estavam voltados para a “urbanização de

núcleos urbanos na fronteira com a Guiana e a Venezuela, a expansão da malha urbana de Boa Vista e a completa remodelação urbana da cidade de Caracaraí, ponto de junção da BR 174 e da Perimetral Norte, ambas em construção no tempo de seu governo” (SANTOS, 2013, p. 122). Direcionado, dessa forma, para dar resposta aos desafios da nação como um todo, mais uma vez seus objetivos estavam para além de interesses imediatos das forças políticas locais.

Por outro lado, o espaço de aplicação de suas ações:

[...] abrangiam as “áreas antigas” ocupadas por grupos indígenas e por fazendas com limites indeterminados, cuja documentação era colocada em dúvida pelo INCRA. No sul e sudeste, a abertura das rodovias BR 174 e Perimetral Norte, causavam conflitos cruentos com os índios que foram violentamente reprimidos (SANTOS, 2013, p. 123).

Dessa forma, ao forçar a implantação do modelo de desenvolvimento planejado pelo governo central, o governador do Território entrou em choque com as forças políticas locais. “As razões do enfrentamento só se explicam pela importância que as lideranças locais, em sua grande parte agrupadas na sigla partidária do MDB, defendiam não só valores, mas principalmente sentiam-se ameaçadas pela possível perda do seu bem mais precioso: a terra” (SANTOS, 2013, p. 126), tendo em vista que entre os pré-requisitos do programa do governo para o desenvolvimento do Território estava a regularização da situação fundiária de Roraima. Diante dessa exigência, e do grande número de propriedades irregulares, essa condição ameaçava a posse da terra e abria espaço para resistência.

Já para o fim deste governo, a redemocratização do país, processo que se dá entre o final da década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980, somado à crise da dívida, levou o governo central a perder força, o que abriu espaço para o surgimento de novas relações de poder no Território de Roraima: “[...] lideranças nascidas no bojo da burocracia estatal buscavam também seu espaço na política do já declarado futuro estado federativo, disputando com os da terra um eleitorado cada vez mais identificado com os migrantes” (SANTOS, 2013, p.126).

O forte processo migratório que agitou Boa Vista na década de 1980, em parte fomentado pela abertura do garimpo e facilitada pela conclusão da BR-174 ligando Boa Vista a Manaus, estrada inaugurada em 1977, colocou em apreensão seus moradores sobre uma possível invasão de migrantes. Uma evidência disto se encontra nas observações do Deputado Júlio Martins quando, parodiando o slogan da Campanha da Fraternidade de 1980, traçava um quadro ilustrativo dessa situação:

Com efeito, o Território de Roraima [...] hoje é palco de um acontecimento ao mesmo tempo fascinante e insólito. [...] De todas as partes do Brasil estão ocorrendo milhares de pessoas em demandas das terras roraimenses. Gente do Sul, do Nordeste, do Centro-Oeste. São gaúchos, paranaenses, paulistas, mato-grossenses, nordestinos que chegam para as lides da agricultura e da pecuária, numa avalanche de gente que se precipita sobre Roraima, como uma onda que de repente se forma no mar calmo e invade uma ilha desconhecida. Para quem conheceu em Roraima a quietude ou o marasmo de outrora nada mais auspicioso do que o alvoroço dos que chegam com pressa de vencer, trazendo os alforjes cheios de novas ideias, de uma titânica disposição para a luta e de grandes reservas de esperança. E vão revolvendo velhos conceitos, quebrando tabus e deixando cair, com a semente dos grãos que plantam, o exemplo do seu trabalho. [...] A pecuária, a indústria extrativa, o comércio, os serviços, enfim toda a economia roraimense recebe os benefícios influxos desse dinamismo. O Governo do Território parte para um ambicioso programa de desenvolvimento, visando a direcionar e estimular essa plethora de energias e de oportunidades. [...] O slogan da Campanha da Fraternidade quer ser sobretudo uma denúncia. Mas será também uma sugestão e um convite. “Para onde vais?” - Para as terras do Norte, onde o Brasil começa e onde milhões de brasileiros podem começar um novo dia (Jornal Boa Vista. “Para onde vais?” Boa Vista, 16 mar. 1980, p. 02).

No que dizia respeito à população urbana de Boa Vista, em 1970 era de 16.727; em 1980 pulou para 52.614, chegando ao censo de 1991 com o registro de 120.157 habitantes, de forma que apenas na década de 1980 sua população urbana oscilou de 52 mil para 120 mil habitantes aproximadamente, mais que dobrou de tamanho.

Voltando às divergências existentes entre o projeto político local e o nacional, nos anos de 1970, evidências disto se encontravam para além das ações imediatas, como a condição de oposição em que se colocaram as forças políticas locais frente ao governo de Ramos Pereira; elas invadiram o campo simbólico, a exemplo das queixas apresentadas ainda

no governador Hélio Campos, quando foi construído um monumento ao garimpeiro, pois nessa ocasião, comentava um memorialista:

Tivemos oportunidade de dirigir-nos ao Governador [...] dizendo-lhe da nossa insatisfação, pois achamos que a homenagem, para atingir os diferentes valores, deveria ser tríplice: **ao Índio**, que, indubitavelmente, foi o primeiro habitante da região, havendo recebido pacificamente o colono branco; **ao ruralista ou vaqueiro**, que plasmou a primeira economia regional, ainda hoje importante; e, por fim, **ao garimpeiro**, eterno nômade e sonhador (MAGALHÃES, 1986, p.123).

De forma que a presença do garimpo no campo simbólico, atividade vista como marginal, trabalho de caráter nômade, ao gosto de aventureiros e dos que nada tinham a perder, conforme Dorval de Magalhães, não justificava para as famílias de “pioneiros” em Roraima a imagem de um garimpeiro com sua bateia, mostrando-se em plena atividade de garimpagem, exposta numa estátua no centro da praça principal da cidade. Espaço que, por sinal, concentrava os prédios que abrigavam os principais poderes locais constituídos. Visto assim, para este memorialista, o monumento erguido em homenagem ao garimpeiro era um dos “erros em Roraima”.

Passado o governo de Ramos Pereira, em abril de 1979 era nomeado Ottomar Pinto.

Este:

/.../ encontrou o Território, virtualmente, dividido ao meio politicamente. De um lado os partidários de Hélio Campos, eleito pela Arena, mas com os votos de oposição ao governo Ramos Pereira e, do outro lado, os correligionários de Júlio Martins, também eleito pela ARENA, e os amigos de Ramos Pereira. Eram duas correntes diametralmente opostas. Nessa situação, Ottomar Pinto resolveu pacificar o Território, a ponto de receber, no antigo e tradicional baile do dia 13 de setembro, realizado no Palácio do Governo, no ano de 1979, um belo diploma entregue por Oder Brasil, intitulado-o **O Governador da Paz**. Esse diploma era em couro de carneiro encrustado de brilhantes (FREITAS, 1993, p. 195).

Encontrar-se dividida ao meio, representava poucas chances das forças políticas locais construírem uma unidade representativa da sociedade boa-vistense, condição que permitiu ao novo governador já se apresentar como um elo entre suas lideranças políticas e, portanto, como um de seus líderes naturais.

Dessa forma, para se manter a própria unidade política local precisou-se de alguém “vindo de fora” para lhe restituir a tranquilidade. Situação que facilitou a cooptação das forças políticas locais com a distribuição de cargos na organização administrativa do novo governo. Na concepção do memorialista, este montou “um secretariado de respaldo popular e de partidários das duas correntes arenistas, na sua maioria, de homens identificados com o povo do Território” FREITAS, 1993, p. 195). Imagina-se que o “popular” enfatizado por Freitas se restringia à nomeação das lideranças políticas locais na composição do quadro do governo.

Em seu discurso de posse, o governador enalteceu o potencial do Território, o desenvolvimento, o trabalho e incentivou o acolhimento aos migrantes, pois implorava Ottomar:

Que venham logo, sem demora, nossos irmãos do centro-sul e do nordeste! Que tragam seus instrumentos de trabalho e seu vigor produtivo, extraordinários fermentos, que farão crescer e crescer muito o bolo de nossa economia. Aqui se oferecem, há séculos, à criatividade e operosidade do nosso povo, aptas a exercer excepcional efeito multiplicador no seu trabalho, imensas extensões de terras férteis, cobertas por rico revestimento madeireiro no sul e no oeste, os vastos campos naturais do lavrado e os fertilíssimos solos do altiplano, ao norte, com um clima que assemelha o temperado, e vocação agrícola para culturas permanentes, tais como café, frutas etc. Ainda nas montanhas e vales da região norte está entesourada incalculável dotação de minérios que fará crescer nestes dias, em espiral, nossa economia, induzindo vigoroso alento à atividade industrial e comercial, porque exercida por nossa gente, aqui ficarão para benefício de nosso povo, os frutos de atividade mineradora, com que Deus prodigalizou este Território (FREITAS, 1993, p. 196-197).

Com o “nossa gente”, o “nosso povo” enfatizado em seu discurso, o novo governador se incluía na identidade local, transformando-se em roraimense de primeira linha e com a



energia e habilidade de quem seria capaz de unir o Território em torno de uma identidade única. Entretanto, por mais que seu discurso político o levasse a se reconhecer como roraimense, Ottomar não apresentava todos os requisitos selecionados pelas forças políticas tradicionais do Território para ocupar tal posição, quando se leva em conta afirmações do memorialista para outro momento político da cidade, ocasião em que afirmava: “Nós que aqui vivemos [...] se tivéssemos a liberdade de escolher nossos dirigentes”, os requisitos seriam “que seja uma pessoa inteligente, que viva no Território, que conheça **in loco** os nossos problemas e que suas ideias sejam conhecidas quanto às alternativas de desenvolvimento que podemos ter na nossa região e especialmente no nosso Território” (FREITAS, 1993, p. 180).

Dessa forma, apesar dos muitos projetos de infraestrutura realizados em seu governo, os conflitos na política logo se fizeram presentes, uma vez que “As lideranças locais ficaram chocadas com o viés populista do novo estilo de governo e com o crescente fluxo migratório que chegava a Roraima e que reforçava o contingente eleitoral e a liderança do governador” (FREITAS, 1993, p. 201). Como se pode perceber, Ottomar de Souza Pinto se colocava não só como um “pioneiro”, mas como detentor de forma própria de conduzir o desenvolvimento da região que se chocava com as pretensões das forças políticas tradicionais.

Aproveitando-se de um contexto político de transição do regime militar para a democracia, quando acontecimentos como a queda do autoritarismo, a anistia a presos e exilados políticos e a derrubada do voto indireto para governadores e prefeitos de capitais valorizavam o voto, levando a uma “re-acomodação das elites regionais” (SANTOS, 2013, p. 127) e, citando Bertha Becker e Cláudio Egler, momento em que:

O clientelismo, instrumento para obter votos através da troca de favores e bens públicos, atingiu níveis sem precedentes na história brasileira, em grande parte porque as formas tradicionais de fidelidade eleitoral – baseadas na propriedade da terra – foram profundamente abaladas pela mobilidade da força de trabalho e ameaçadas pelas novas territorialidades. (SANTOS, 2013, p. 127).

Ottomar inaugurava uma nova forma de governar, em que, enquanto sujeito de vontade, encontrava no Território de Roraima o meio propício para a sua ação. E, chegando já como sua autoridade maior, tratou de se apoderar, com toda a força de que dispunha, desse recurso que lhe caíra às mãos para adentrar o campo político.

Entende-se que as atitudes desse político, mais que qualquer outra coisa, serve de base para revelar as condições em que se encontravam os investimentos na identidade local. Não só pelo seu exemplo individual – migrante que se inseria na sociedade local já como pioneiro – mas pelo esforço de transformar a prática migratória em ponto forte de sua política. Nesse sentido, tratava-se de um pioneiro de outra “ordem de lugar”, pois, na sua organização do espaço, eram outras as prioridades, o que, por sua vez, daria a configuração de outra identidade, diferente da idealizada pelas famílias de “pioneiros” de Roraima. De modo que, no campo das representações, sua ascensão era fracasso desta, que ficaria relegada a segundo plano, uma vez que, para este governo:

[...] recebendo hospitaleiramente migrantes dos quatro cantos do País, que para cá trazem seus usos, seus costumes, suas lendas e suas histórias. Dá-se aí então um processo de fusão cultural, processo esse, que contribuiu e vem contribuindo infinitamente para o enriquecimento da cultura roraimense [...] (Jornal Boa Vista. “Realidade da Migração em Roraima”. Boa Vista, 12 mar. 1983, p. 11).

E no que parecia um esforço para convencer a elite tradicional local de que era correto o seu incentivo à migração, o editorial do jornal do governo do dia 12 de fevereiro de 1983, em um texto de estilo muito parecido com os discursos do próprio governador, procurava revelar o espírito do conflito que existia entre a ideia de desenvolvimento do governo e a das forças locais. Conforme o texto, o conflito se encontrava no tempo:

Quando se pensa nos novos tempos e na dinâmica das transformações que a cada dia ocorrem, vale a pena reflexionar, questionar, se os espíritos, as mentes dos homens, daqueles predestinados a conduzir esta sociedade pelos caminhos ásperos do futuro, também se desdobram e se transformam, na mesma escala de grandeza, em que se transmuda a paisagem socioeconômica desta terra.

Lamentavelmente, o testemunho do que se vê e ouve nestes dias, aponta em sentido contrário; há uma divergência, um descompasso entre esses dois vetores essenciais à edificação de um futuro com progresso e em paz. É imperativo que a classe política desta terra, as suas lideranças tradicionais e também as novas, busquem a renovação criadora, aspirando a seiva da espiritualidade e das ideias do povo, na mensagem do cotidiano social, que nas fazendas de gado, nos roçados dos colonos, nas serrarias e na construção civil, nas malocas e nos garimpos, nas escolas e nos lares das cidades e vilas, compõem uma sinfonia harmoniosamente orquestrada, expressão legítima de suas aspirações atuais.

Há que entender bem essa mensagem. Há que penetrar na tessitura da malha social e captar os grandes anseios, os anseios gerais e legítimos, dessa sociedade tremendamente dinâmica, dessa sociedade mutante.

Esse o grande desafio de inteligência e de generosidade; de humildade e de coragem, que se impõe às lideranças políticas de Roraima, nos tempos que vivemos, nesses novos tempos.

Ressurge com inusitada atualidade, na amplidão dos lavrados, na mobilidade telúrica das montanhas, no silêncio verde das florestas e nos vales coleantes dos rios de Roraima, aquele juízo ameaçador da esfinge do Egito: decifra-me ou te devora.

Novos Tempos! (Jornal Boa Vista. “Novos Tempos!” Boa Vista, 12 fev. 1983, p. 03).

Dessa forma, para uma harmonia perfeita de uma sociedade em desenvolvimento, as transformações precisavam ocorrer na matéria e na memória, na vida prática e no espírito, pois havia uma dinâmica entre a transformação das coisas e a transformação das mentes dos homens, em especial dos que se colocavam a tarefa de conduzir a sociedade pelos caminhos do futuro. Algo sobre o que era necessário reflexionar, havia uma mensagem a ser decifrada “nos tempos que vivemos, nesses novos tempos”.

Encerrando sua fase de governo, Ottomar de Souza Pinto foi exonerado do cargo de governador em março de 1983, mas permaneceu na política local, apoiando candidatos vitoriosos, sofrendo algumas derrotas e se tornando um campeão de votos no Território. Após a exoneração de Ottomar, dois alienígenas recém-chegados ao Território passaram pelo seu governo, para finalmente, em junho de 1985, assumir Getúlio Alberto de Souza Cruz, filho da terra, roraimense de família tradicional que governou de 26 de junho de 1985 a 14 de outubro de 1987, também nomeado pelo Presidente da República.

Embora Getúlio Cruz tenha dado continuidade a vários projetos de grande vulto, os embates em torno do direito à terra se radicalizaram, fomentados, em parte, pelos embates constituintes, em que se opunham forças bastante antagônicas, como os ruralistas e os defensores dos direitos indígenas. Além disso, também no plano nacional, a crise econômica

dificultou as condições do seu governo, que, no plano local, foi abalado por atentado e assassinato envolvendo o prefeito da cidade de Boa Vista, levando-o a uma crise que o conduziu à exoneração (SANTOS, 2013, p. 136-137). Com isso, mais uma oportunidade de os próprios roraimenses comandarem o governo local se perdia entre intrigas, e mais uma vez “Os problemas da gestão de Getúlio Cruz mostraram que as lideranças da terra estavam divididas demais para compor pacificamente um governo, aproveitando o vácuo de poder deixado pelo governo autoritário do regime militar” (SANTOS, 2013, p. 138).

Imagina-se que, se Ottomar desconhecia a “ordem de lugar” partilhada pelos velhos moradores da cidade, Getúlio Cruz já não conhecia mais a “ordem do seu lugar de origem”, que não mais era constituído apenas de velhos moradores, mas de muitos novos e cuja ordem era produzida muitas vezes no calor das próprias circunstâncias. Dessa forma, até o último governador indicado para o Território Federal de Roraima, Romero Jucá Filho, que governou de setembro de 1988 ao final do ano de 1990, com raras exceções houve momentos de união das forças políticas locais, salvo para derrubar lideranças alienígenas indesejadas.

E mesmo passando a Estado de Roraima com a Constituição de 1988, os alienígenas que fizeram carreira política no Território continuaram em atividade. Um exemplo disso se encontra logo na primeira eleição direta para governador, ocorrida em 1990, quando ficaram frente a frente na disputa Romero Jucá Filho, então governador, e o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, vencendo este último, apoiado pelas forças nativistas, conforme o memorialista, “por uma razão simples: ele era o mais roraimense dos dois” (FREITAS, 1993, p. 202).

Diante das situações narradas, observa-se que entre os obstáculos à construção de uma identidade boa-vistense/roraimense, pode-se destacar o fato da principal atividade econômica - a pecuária, base de sustentação financeira e simbólica de sua sociedade, nas últimas décadas do século XX, passar por um momento de transição, quando as fazendas sofriam mudanças na forma de administração. Neste processo, os novos proprietários, vindos do sul ou mesmo políticos e comerciantes locais que se tornavam fazendeiros, tinham uma mentalidade mais capitalista e, no esforço de tornarem a atividade mais lucrativa, introduziam novas técnicas e práticas, como cultivo de pastagens, cuidados com o rebanho, com vacinações periódicas, melhoramento de currais e aperfeiçoamento da raça, trabalho assalariado, entre outras (CIDR,

1990, p. 10). Imagina-se que isto enfraqueceu o ponto central de apoio das memórias dos campos do Rio Branco, uma vez que junto com a decadência da pecuária aos moldes tradicionais, entrava em decadência também o modelo de sociedade por ela ditado.

Outras atividades econômicas ganhavam destaque, a exemplo do “boom” do ouro na década de 1980, com a abertura de novos garimpos. Por outro lado, a implantação do Território Federal de Roraima já fomentava a estruturação de sua máquina administrativa, o que se expandiu no período em que o Brasil foi administrado pelos militares. Neste quadro, os funcionários surgiam como um grupo mais autônomo, ligados diretamente ao governo do Território e pagos com recursos provenientes do governo federal, afastavam-se do controle direto das elites tradicionais, assim como dos valores de sua sociedade.

Percebe-se também que o processo migratório em direção a Roraima tinha sempre como espaço de apoio logístico a cidade de Boa Vista, tornando-se esta, na maioria das vezes, o destino final dos migrantes. Estes chegavam desconhecendo completamente os costumes e as práticas locais e, em muitos casos, entendendo-a apenas enquanto espaço atrasado, espaço a ser colonizado e, desta forma, sem novidades a oferecer, mas a receber, o que reforçava o estranhamento e incitava, o desejo de torná-la um dia, semelhante aos seus lugares de origem. Dessa forma, implantando novas práticas e hábitos, diversificavam os costumes e eclipsavam os valores tradicionais. Sem identificação com a cidade, os novos habitantes contribuíam para esvaziar de sentido a sua “ordem de lugar praticado” (CERTEAU, 1994). Neste processo, forçadas por novas experiências e novas compreensões de mundo, as práticas habituais dos velhos moradores de Boa Vista abriam-se para novas configurações sociais, pois as formas de ser e agir que chegavam com os novos moradores não lhes permitiam forjar uma identidade capaz de representar o conjunto maior da população.

Entendendo que para o estabelecimento de uma identidade “é necessário criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum” (SILVA, 2007, p. 85), o convívio em Boa Vista, entre pessoas de origens as mais diversas, tornava cada vez mais impossível a existência de um arsenal de lembranças em comum, que pudessem ser partilhadas pelos seus moradores e funcionar como pontos de apoio de suas memórias, para

que estas viabilizassem um projeto único de identificação entre os indivíduos que a compunham, pois:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstituída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Portanto, a falta de pertencimento à comunidade boa-vistense de seus moradores recém-integrados à população mostrava seu efeito, não proporcionando uma “escuta compartilhada” que permitisse que as lembranças individuais se apoiassem umas nas outras, reforçando pontos em comum possíveis de orientar a vida em grupo ao se transformarem “em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (RODRIGUES, 1990, p. 48), recurso necessário à construção de procedimentos em comum, capaz de viabilizar a organização de um grupo social dentro de uma ordem de valores. Na falta disto, por mais que os memorialistas, enquanto seus historiadores orgânicos, trabalhassem na construção dessa identidade, os resultados sempre deixariam a desejar, os novos moradores estariam sempre desconhecendo os “valores locais”.

Ao longo da segunda metade do século XX, dado intenso processo migratório, Boa Vista se transformava constantemente em uma nova cidade com novos habitantes. O governo, com sua máquina administrativa, abria espaço para uma boa parcela de funcionários. O garimpo movimentava outra gama de indivíduos, além do comércio e da prestação de serviços que se expandiam, ocupando pessoas e prendendo-as a outras ações, ramos de serviços que dependiam de outros administradores e fontes de renda, levando as pessoas a ignorarem o estilo de vida tradicional. Dessa forma, as memórias dos “pioneiros” tinham poucas chances de sobrevivência enquanto memórias hegemônicas, pois as bases de repetição não tinham

tempo para se cristalizarem e as já cristalizadas não correspondiam com as novas demandas cada vez mais diversificadas, não permitiam laços afetivos com o lugar por parte dos recém-chegados, laços esses tão reclamados pelos memorialistas.

Neste quadro, enquanto migrante, o governador Ottomar de Souza Pinto não percebia nenhum problema em enriquecer a cultura local com novos usos, costumes, lendas e histórias, mas talvez fosse esse o ponto mais caro para a elite tradicional local, que desejava conservar os seus próprios traços culturais. Visto assim, seus planos para o Território eram danosos aos “valores locais”. Ottomar retirava dos roraimenses o direito de escolher o seu governante, decidir sobre os rumos de seu desenvolvimento e, enquanto pessoa chegada de outro estado e indicada para governar o Território, por mais que conhecesse Roraima, por mais que conhecesse as pessoas que ali viviam, o espaço físico – montanhas, matas, lavrado e rios –, ele não podia partilhar dos sentimentos, do amor ao seu passado, aos seus mortos, aos seus heróis históricos, de forma que sem esse requisito não tinha como conhecer plenamente a sua “ordem de lugar” partilhada pelos seus velhos moradores, coisas que só a experiência de vida podia lhe dar, algo que não tinha como ser conquistado sem antes ter vivenciado.

Voltando a Frente Única montada para derrotar o Deputado Félix Valois de Araújo em 1954, em seus relatos sobre como esta se desfez, Freitas chegava à conclusão: “O fato é que, no Território, não tem prevalecido a cidadania rio-branquense ou roraimense nas disputas eleitorais. Pelo contrário, a filosofia de Roraima para os Roraimenses derrotou a candidatura Silvio Botelho – Mozarildo Cavalcante em 1974.” Para ele, “Roraima ainda não é uma terra de roraimenses. É um povo em formação e, aqui, estão se fundindo as raças e as culturas de todos os Estados Brasileiros”. De forma que só “No futuro teremos a fusão de todos esses matizes e de onde surgirá o verdadeiro sentimento do povo roraimense.” (FREITAS, 1993, p. 112-113). Com certeza, já havia um povo roraimense, e muitos outros no futuro deveram se seguir, a dúvida é se entre estes surgirá o verdadeiro sentimento de roraimense desejado pelo memorialista.

#### **FONTES BIBLIOGRÁFICAS:**

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 - Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CIDR - Centro de Informação da Diocese de Roraima. **Índios e brancos em Roraima. Coleção Histórico-Antropológica**. nº. 2. Boa Vista, Diocese de Roraima, 1990.

FREITAS, Aimberê. **A história política e administrativa de Roraima de 1943 a 1985**. Manaus: Umberto Calderaro, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LORAUX, Nicole. **Invenção de Atenas**. São Paulo: Editora 34, 1994.

MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima: informações históricas**. Rio de Janeiro, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1991.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. 10 - Teoria e História. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ática, 1990.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia: o caso Roraima (1970 – 2000)**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.



SANTOS, R. N. G. dos. **Entre cultura política, memórias e política de identidade:** sujeitos históricos em ação – Boa Vista/Roraima (1970-1980). Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.

Jornal Boa Vista. “Para onde vais?” Boa Vista, 16 mar. 1980, p. 02.

Jornal Boa Vista. “Novos Tempos!” Boa Vista, 12 fev. 1983, p. 03.

Jornal Boa Vista. “Realidade da Migração em Roraima”. Boa Vista, 12 mar. 1983, p. 11.

Depoimento de Antônio Barros, em entrevista concedida a José Gleidson Gondim em 13/12/2000. Projeto “Memórias de Boa Vista”. Núcleo de Documentação Histórica da UFRR.